

Os sentidos da história: história única, histórias plurais

The Meanings of History: A Single Story, Plural Stories

Maria das Graças de Souza¹

Resumo: Este texto pretende, a partir da questão acerca do caráter abstrato e excludente da noção de uma história universal, da ideia de humanidade e do sentido da história do gênero humano, propor que um dos primeiros passos para discutir o tema é acolher as vozes que se manifestam em espaços distintos da tradição europeia.

Palavras-chave: Humanidade; Diversidade, História Universal.

Abstract: his text intends, based on the controversy surrounding the abstract and exclusionary nature of the notion of a universal history, the idea of humanity and the meaning of the history of the human race, to propose that one of the first steps in discussing this issue is to welcome the voices that manifest themselves in spaces distinct from the European tradition.

1 Professora Titular Sênior de Ética e Filosofia Política do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo.

Key words: Humanity; Diversity; Universal History.

O que significa perguntar sobre o sentido da história? Dentre os vários significados da palavra sentido na nossa língua, dois nos interessam: o primeiro, orientação, direção, rumo a um fim. O outro, razão de ser, como quando dizemos, por exemplo, que uma coisa não tem sentido, quer dizer, não tem lógica, é aleatória. Assim, quando indagamos sobre o sentido da história, queremos saber se o curso dos acontecimentos dos povos caminha para uma certa direção, ou para um certo fim. Ou então queremos saber se este mesmo curso dos acontecimentos segue uma lógica interna, quer dizer, se este curso é ou não absurdo. As respostas a esta pergunta é a que vão constituir aquilo que costumamos chamar, pelo menos a partir da modernidade, de filosofia da história.

Na cultura ocidental, a resposta foi, pelo menos na modernidade e, na maioria das vezes, positiva: sim, o curso dos acontecimentos humanos tem sim um sentido, um rumo, um *telos*, se quisermos usar o termo, e segue um encadeamento que deve levar à realização de um objetivo final. O que vai variar é o princípio que rege este encadeamento e a natureza deste objetivo. O primeiro efeito desta concepção está no seu caráter universalista: o sujeito da história é o próprio gênero humano. Nas teologias ou filosofias da história modernas, é a humanidade enquanto tal que caminha num certo rumo, numa certa direção. Os povos, na sua singularidade, avançam nesta direção, alguns mais na frente, outros mais atrás no tempo, mas todos alcançarão, ao final da corrida, o mesmo ponto de chegada.

Basta um breve sobrevoo sobre a história do pensamento no ocidente para confirmar o caráter universalista do que chamamos filosofia da história.

Podemos destacar neste panorama ocidental, duas correntes: a teologia da história, de matriz agostiniana, e as filosofias da história².

Para Agostinho, a história do gênero humano se dá numa perspectiva linear, marcada por alguns acontecimentos fundamentais, que são a criação do mundo e do homem por Deus, a queda, a vinda do Cristo e sua volta no final do tempo, e a ressurreição dos mortos. O princípio ordenador do curso da história é a providência divina. O grande representante da teologia cristã da história na modernidade é o Padre Bossuet, que, no século XVII, publicou, em 1681, o seu *Discurso sobre a história universal*, que foi muito lido na época, e também alcançou sucesso no século XVIII até os meados do século XIX.

Segundo Bossuet, o longo encadeamento de causas que fazem e desfazem os impérios depende das ordens secretas da divina providência:

Deus segura, do mais alto dos céus as rédeas de todos os reinos; ele tem na mão todos os corações; ora retém as paixões, ora as relaxa, e assim move todo o gênero humano” e reina sobre todos os povos (Bossuet, 1961, p. 1025).

Não há acaso na história, nem fortuna, mas um desígnio que abarca todas as causas e todos os efeitos. A história está predeterminada e seu fim terá lugar no juízo final.

A perspectiva teológica será abandonada na época das Luzes, no século XVIII. Seja que consideremos o pensamento sobre a história no iluminismo como uma espécie de secu-

2 Para alguns estudiosos, só se pode falar em filosofia da história a partir do século XIX. Mas lembremos que Voltaire utilizou esta expressão precisamente no título de uma de suas obras, publicada pela primeira vez em 1765. De outro lado, a expressão, usada no século XVIII, não tem o mesmo sentido das metafísicas da história do século seguinte. Ver Voltaire, *A filosofia da história*, São Paulo, Martins Fontes, 2007.

larização da teologia da história – porque, de fato, a filosofia iluminista da história guarda a concepção linear de origem agostiniana, além de preservar a ideia de um avanço da história na direção de um futuro melhor – seja que a consideremos como independente da tradição teológica – sempre se pode discutir isto – o fato é que a concepção do curso dos acontecimentos em Voltaire, em Kant, em Condorcet, salvo diferenças que não podemos negar, são orientadas pela ideia do progresso da razão, da liberdade, da igualdade. A promessa não é de vida eterna, mas de felicidade terrena. É assim que se manifesta Condorcet no *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*:

Nossas esperanças sobre o estado futuro da espécie humana podem se reduzir a três pontos: a destruição da desigualdade entre as nações, os progressos da igualdade num mesmo povo, enfim, o aperfeiçoamento real do homem. (Condorcet, 2013, p. 266).

Ocorre que, como dirão mais tarde Adorno e Horkheimer, se confrontamos as esperanças ilustradas com a sociedade real no presente, vemos, com espanto e estupor, que “a terra, totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 19) A crise atual no Oriente médio, a morte indiscriminada de civis, os bombardeios contra hospitais e escolas são apenas mais um episódio de barbárie quando a guerra da Ucrânia ainda nem acabou, e não se sabe até onde ela pode chegar. E, como sabemos, as calamidades no planeta não se reduzem a guerras. O século XX foi século dos genocídios: o extermínio de judeus, o massacre de armênios na Turquia, o massacre dos tutsis em Ruanda, dentre as tragédias mais conhecidas.

De outro lado, é certo que, se as esperanças dos iluministas não se realizaram, eles nos deixaram instrumentos de combate à violência e à barbárie, dentre os quais a noção de direitos humanos, da qual não podemos abrir mão. Mas, de

qualquer modo, não podemos tampouco deixar de refletir sobre os limites reais das noções que herdamos das Luzes, diante de forças obscuras que continuam a agir de modo feroz no mundo contemporâneo.

Uma das noções centrais na filosofia das Luzes é a ideia de humanidade – como um grande coletivo que abarca em seu seio todos os homens e mulheres de todos os tempos. As filosofias da história modernas estão todas comprometidas com a ideia de humanidade. Quando falamos em filosofia da história, já supomos de certo modo que a humanidade é dotada de um destino comum, que experimenta no tempo uma trajetória que deve culminar numa era que, esperamos, seja de paz e de concórdia.

Esta é uma ideia, eu não diria inventada, mas forjada no decorrer de séculos no pensamento do ocidente. É uma ideia universalista e abstrata, reivindicada pelos filósofos modernos, eu diria, quase sem exceção, e que estará associada à ideia da dignidade humana desde a renascença e à doutrina dos direitos humanos. Em nome dela é que foram organizados tribunais internacionais para julgar os crimes do nazismo. Mas isto não deve nos impedir de retomá-la à luz dos males que atingem esta mesma humanidade.

Também não devemos nos esquecer que a construção do que chamamos modernidade é simultânea à formação do capitalismo, cujos efeitos nefastos são cada vez mais evidentes. Além disto, também não deveríamos nos esquecer que a modernidade coincide também com a primeira leva da colonização da América pelos europeus e que é no século XVIII que o comércio de escravizados para o trabalho pesado nas colônias chegou ao seu auge.

Esta questão do caráter universalista, abstrato e, por assim dizer, excludente, da ideia de humanidade tem sido recentemente retomada por pensadores europeus. Para lem-

brar apenas alguns, eu citaria o livro *Em defesa do universal – Para fundar o humanismo*, de Francis Wolff, de 2021, e *L'héritage des lumières*, de Antoine Lilti, de 2019. Ambos os autores procuram dialogar com os chamados estudos pós-coloniais, e, sem deixar de considerar as críticas que têm sido feitas às ideias das Luzes, buscam, contudo, defender a necessidade de recuperar algumas das ideias força do iluminismo e sua importância para a época contemporânea.

No caso de Wolff, trata-se de devolver às ideias universalistas toda a sua potência crítica e mobilizadora. Para o autor, “o que importa hoje, é reapropriar-se das ideias das Luzes, fundamentar para a nossa época estas ideias depreciadas pela nossa própria época – que, no entanto- precisa mais delas do que nunca” (Wolff, 2021, p. 11).

Antoine Lilti, por sua vez, afirma a necessidade de se colocar a questão do universalismo das Luzes e de suas contradições, do eurocentrismo e de seus limites, e do caráter incompleto de sua abertura para o mundo. Isto significa assumir a polifonia deste movimento de ideias, dar atenção às suas ambivalências. Trata-se para o autor, de se empenhar numa abordagem crítica do passado, num movimento permanente entre as interrogações contemporâneas e os textos do século XVIII.

Nesta polêmica, que tem sido empreendida entre nós também, no quadro brasileiro, uma das possibilidades é ouvir aqueles que não se sentem acolhidos por esta espécie de unidade pelo menos desejada, por esta totalidade a que chamamos humanidade. Considero então autores não europeus e não brancos. Começo com Airton Krenac. Em *Ideias para adiar o fim do mundo*, o líder indígena brasileiro se pergunta como é que chegamos a construir, nos últimos 2 mil ou 3 mil anos a ideia de humanidade, o que nos levou a ela, e as consequências que podemos extrair dela. Os europeus, que

de fato foram os autores da construção desta ideia, partiam da premissa de que havia uma humanidade esclarecida, e que se impunha, como um certo dever, ir esclarecer os povos que ainda não tinham chegado ao tempo da luz. Era necessário trazer estes povos para o seio da civilização, porque tinham certeza, diz Krenac, que havia um modo certo de viver aqui na Terra, uma verdade, uma concepção de verdade que deveria ser levada aos povos menos esclarecidos. Como sabemos, esta é uma das justificativas do processo de colonização, ou seja, a missão civilizatória. Mas, continua Krenac, visões distintas da experiência da vida humana na Terra são possíveis. Será que somos mesmo uma humanidade com um destino comum?

Eu cito Krenac:

Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos. (Krenac, 2019, p. 14)

Para o líder indígena, o caráter abstrato da ideia de humanidade suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de viver. Esta ideia oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino, e se possível, uma mesma língua para todo mundo.

De fato, a imposição das línguas europeias nas nações colonizadas teve efeitos decisivos nesta espécie de homogeneização e enfraquecimento da singularidade dos povos. A extinção de uma língua é a extinção de um mundo e seus efeitos são devastadores. Fanon, no primeiro capítulo de *Pele negra, máscaras brancas*, intitulado precisamente “O ne-

gro e a linguagem”, havia escrito que “falar é ser capaz de empregar determinada sintaxe, é se apossar da morfologia de uma ou outra língua, mas é acima de tudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (Fanon, 2020, p. 31) p. 33). Ao perder a sua linguagem, ele perde seu mundo. A autora nigeriana Oyeronké Oyewumi, em *A invenção das mulheres*, analisou longa e detidamente as alterações nas relações sociais, sobretudo nas relações de gênero, na região yorubá no sudeste da atual Nigéria, após a imposição da língua inglesa com a chegada dos britânicos. Os costumes locais se enfraqueceram e se aproximaram cada vez mais dos costumes ingleses.³

Mas retomemos o fio da meada: a filosofia da história na modernidade e sua associação com a ideia de humanidade, no sentido em que, para estas filosofias da história, é a humanidade, o gênero humano que caminha numa certa direção para um futuro melhor. Em seguida, nos referimos ao caráter abstrato desta ideia, que, por assim dizer, reúne numa unidade toda a pluralidade e diversidade entre os homens e os povos. Um caminho só, para todos juntos no final.

O pensamento das Luzes, embora conhecido (e acusado) pelo seu caráter universalista e abstrato, dedicou-se, contudo, ao exame da diversidade e da singularidade dos povos. Podemos citar, um exemplo notável. Trata-se do *Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações*, de Voltaire⁴. Obra monumental,

3 - Ver Oyéumí, Oyérónké, *A Invenção das mulheres*, São Paulo, Bazar do tempo, 2021, especialmente o capítulo sobre a tradução das culturas.

4 - Os próximos parágrafos sobre o pensamento de Voltaire sobre a história retomam aspectos que já foram examinados em outros textos de minha autoria, dentre os quais destaco o capítulo intitulado “Voltaire: história e civilização, em *Ilustração e história – O pensamento sobre a história no iluminismo francês*, São Paulo, Discurso Editorial, 2001, e “Voltaire philosophe de l’histoire: autour de l’*Essai sur les mœurs*”. In: Sébastien Charles; Stéphane Pujol. (Org.). *Voltaire philosophe - regards croisés*. 1ed.Ferney Voltaire: centre International d’étude du dixhuitième

o *Ensaio* pretende apresentar uma visão dos acontecimentos históricos desde as origens até os tempos modernos. A exposição é cronológica, mas não sistemática. A linha dos acontecimentos não é contínua, há saltos, espaços vazios, retornos na descrição da história dos povos e nações. O que é importante assinalar aqui é que a massa heterogênea dos acontecimentos é organizada a partir da ideia de costumes, como indica o próprio título da obra. São os costumes que definem a singularidade de cada povo.

É assim que Voltaire, tal como os navegadores modernos, realiza a sua volta ao mundo, do Oriente ao Ocidente (o *Ensaio* se inicia com a China), buscando, em cada povo, “o que merece ser conhecido: o espírito, os costumes, os usos das principais nações, apoiados sobre fatos que não podem ser ignorados” (Voltaire, 1990. Tomo I, p. 195). A descrição dos costumes de cada povo permite ao historiador filósofo apreender, na sua complexidade, o espírito de um tempo e de um povo, sobre os quais o filósofo pode exercer um julgamento; permite também uma avaliação da natureza do gênio de cada povo e das possibilidades de transformação: há povos bárbaros e refinados, brutais ou doces, supersticiosos ou razoáveis, violentos ou pacíficos. Os acontecimentos se produzem por múltiplas determinações. Pequenas causas podem provocar graves efeitos: uma catástrofe natural, uma revolução, uma intriga, uma maquinação, podem alterar os costumes e o espírito de um povo.

Mas Voltaire, embora atento às particularidades de cada povo, não deixa de atestar que há uma tendência geral pela qual povos ainda rústicos e ignorantes alcançarão com o tempo o estágio de conhecimento e de perfeição à que tinham chegado os europeus. Claro, sempre com o grão de sal, à sua moda. Ele afirma com frequência a “inferioridade”

dos indígenas americanos. Para ele, nesta região do planeta, o entendimento humano não está tão formado como o dos europeus. Mesma posição em relação aos povos da África: no capítulo 141 do *Ensaio sobre os costumes* ele escreve o seguinte: a forma dos seus olhos (dos africanos) não é a mesma dos brancos, sua lã negra na cabeça não se parece com os cabelos dos europeus, e pode-se dizer que sua inteligência é muito inferior". Um dia chegarão aonde os europeus chegaram.

Esta concepção voltaireana segundo a qual os povos caminharão numa mesma direção, ou seja, na direção do aperfeiçoamento das ciências e das artes, não encerra, contudo, uma crença teleológica no progresso (porque por um nada a barbárie pode retornar). O que temos então aqui: Voltaire reconhece a pluralidade e a singularidade dos povos, mas associa a isto a ideia de que há um caminho comum que os povos poderão percorrer se algum incidente não fizer a história retroceder. É o caminho da "civilização". O problema aí é que o elogio da civilização pode servir e serviu, de justificativa para a chamada "missão civilizadora" da colonização.

Entre os escritores das Luzes que também se dedicaram a pensar a diversidade dos povos, vou lembrar aqui o Abade Raynal, autor da *História dos filósofos dos estabelecimentos dos europeus nas Duas Índias*. A obra, cuja primeira edição é de 1772, fora encomendada ao abade pelo ministro Choiseul, e se apresentava como um balanço dos empreendimentos coloniais da França no Oriente e no Ocidente. Temos, assim, no livro, a intervenção de três personagens: um ministro da corte, um escritor pago pelo ministério dos Negócios Exteriores, que escreve sobre os povos não europeus colonizados pelos franceses, e os povos colonizados. Impactado pelo volume do empreendimento, Raynal convida vários colaboradores para escreverem partes do livro, que resulta num conjunto no qual se revela a diversidade das tendências do

pensamento político da época. O pano de fundo é a narração das conquistas francesas, seguida de um balanço comercial destas conquistas, e de sugestões de melhorias no trato com as colônias. Entremeadas às descrições e as narrativas, num segundo plano, aparecem reflexões filosóficas, morais, e, às vezes, de um modo inusitado, surgem discursos políticos dirigidos aos povos, que frequentemente apelam à rebelião. Muitas destas passagens, que foram muito criticadas, são de autoria de Diderot, um dos convidados por Raynal para colaborar neste empreendimento editorial. Então, paradoxalmente, as autoridades, que haviam encomendado a obra, após a terceira edição, de 1781, decidiram condená-la como ímpia, blasfematória, sediciosa, tendendo a sublevar os povos contra a autoridade soberana. Diversificada e feita a várias mãos, a História de Raynal manifesta as contradições do tempo e se torna um lugar de debates nos quais se defrontam o elogio da empreitada colonizadora ao lado da defesa e mesmo ao apelo à resistência dos povos colonizados.

Para terminar, eu vou lembrar aqui mais dois escritores, desta vez do século XX. O primeiro, é o poeta martinicano Aimée Cesaire. Descendente de escravizados, em seu *Discurso sobre o colonialismo*, ele declara, a respeito dos resultados da colonização, que “ninguém coloniza inocentemente, nem impunemente. Uma nação que coloniza já é uma civilização doente, moralmente atingida. E ele insiste: a colonização desumaniza o homem, até mesmo o mais civilizado” (Cesaire, 1955, pp.23-24). A conquista colonial modifica aquele que a empreende. E enquanto o colonizador fala de progressos, de realizações, de doenças curadas, de elevação do nível de vida, nós (os nativos), continua o autor, falamos de sociedades esvaziadas de si mesmas, de culturas pisoteadas, de religiões assassinadas, de magnificências aniquiladas, e de possibilidades extraordinárias que foram suprimidas. Com efeito,

ninguém sabe o que estes povos se tornariam sem a chegada dos europeus. É uma outra voz sobre o sentido da história.

A este propósito, quero me referir também à escritora nigeriana Chinamanda Ngozi Adiche, que pronunciou uma conferência em 2007 intitulada “O perigo de uma história única”,⁵ Nesta conferência, ela nos conta que, aprendeu a ler muito cedo, e lia livros infantis britânicos e americanos. Lá pelos 7 anos, começou também a escrever histórias – exatamente segundo o modelo das histórias que lia, ou seja, histórias tais como os livros que lera, em que todos os personagens “eram brancos de olhos azuis, brincavam na neve, comiam maçãs e falavam muito sobre o tempo e sobre como era bom o sol ter saído”.

Ocorre que esta criança morava na Nigéria, de onde nunca tinha saído, e onde não tinha neve, não se comiam maçãs, mas mangas, e nunca falavam sobre o tempo, que em seu país estava sempre bom. Como os personagens destes livros eram todos estrangeiros, julgava que era próprio dos livros falarem de pessoas estrangeiras. Até que descobriu os livros africanos e percebeu que pessoas como ela, de pele cor de chocolate e cabelo crespo também escreviam livros e existiam na literatura. Esta descoberta, ela conclui, a salvou de uma história única dos livros.

Mais tarde, quando foi fazer faculdade nos Estados Unidos, a situação se inverte: sua colega de quarto perguntou como ela sabia falar inglês, ignorando que a língua oficial da Nigéria era precisamente o inglês. A moça americana perguntou a ela sobre sua música tribal, e se espantou quando ela se mostrou informada sobre uma cantora americana do momento. A colega de quarto ainda perguntou à jovem nigeriana se ela sabia usar um fogão.

5 - Original disponível em https://www.ted.com/talks/chinamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?subtitle=en&lng=pt-br&geo=pt-br

Ora, continua a escritora, a única coisa que a colega americana sabia sobre ela é que ela era africana, como se a África fosse um país, um lugar de paisagens incríveis, animais maravilhosos e uma população vivendo na miséria, guerreando sempre entre si, esperando que algum branco europeu a venha salvar.

Aqui, como afirma Chinamanda, a colega conhecia uma história única, que mostra os povos do continente africano como se fossem um só. Assim, a história de um povo é definida por quem as conta, quando são contadas e quantas histórias são contadas. Se começamos a contar a história com as flechas dos indígenas ou com a chegada dos ingleses, escreve a autora, história americana será diferente. A questão da história única é que ela cria estereótipos. Estes estereótipos não são necessariamente mentira, mas são incompletos. Logo, ouçamos a diversidade de vozes que contam os sentidos de nossa história. Acolhamos, em primeiro lugar, a polifonia. É preciso considerar que a própria ideia de humanidade foi constituída historicamente, e que foi se amplificando segundo a experiência dos povos. Logo, ela não se opõe necessariamente ao que é singular. Ao contrário, ela ganha corpo progressivamente pela incorporação do particular. Esta incorporação não se dá por vias teóricas, mas quando vozes múltiplas de manifestam.

Referências

Adichie, Chinamanda Ngozi, *O perigo de uma história única*, disponível em https://www.ted.com/talks/chinamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?subtitle=en&lng=pt-br&geo=pt-br

Adorno, T., e Horkheimer, M., *Dialética do esclarecimento*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

Bossuet, *Sur l'histoire universelle*, in *Oraisons funèbres*, Panégyriques, Paris, Gallimard.1961, Bibliothèque de la Pléiade.

Cesaire, Aimée, *Discours sur le colonialisme*, Paris, Présence Africaine, 1955.

Condorcet, *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, Campinas, Edunicamp, 2013.

Fanon, Frantz, *Pele negra, máscaras brancas*, São Paulo, UBU, 2020.

Krenak, Ailton, *Ideias para adiar o fim do mundo*, São Paulo, Cia das Letras, 2019.

Lilti, Antoine, *L'héritage des lumières – Ambivalences de la modernité*, Paris, Seuil/Gallimard, 2019.

Oyéwumi, Oyeronké, *A invenção das mulheres*, São Paulo, Bazar do tempo, 2021.

Raynal, G. T., *Histoire philosophique et politique des deux Indes*, Paris, 1781.

Souza, Maria das Graças, *Ilustração e História: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês*, São Paulo, Discurso, 2001

Voltaire, *A filosofia da história*, São Paulo, Martins Fontes, 2007.

Voltaire, *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations*, Paris, Classiques Garnier, 1990.

Wolff, Francis, *Em defesa do universal - Para fundar o humanismo*, São Paulo, Editora Unesp, 2021.

Recebido em: 02/04/2025

Aprovado em: 29/07/2025

Maria das Graças de Souza

E-mail: mgsouza@usp.br

